



# HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO HUMANA A PARTIR DO SÉCULO XX

*Edna Ferreira Alencar  
Isabel Soares de Sousa*



# HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO HUMANA A PARTIR DO SÉCULO XX

*Edna Ferreira Alencar  
Isabel Soares de Sousa*

---

## INTRODUÇÃO

Em qualquer intervenção com grupos sociais, habitantes ou não de unidades de conservação ambiental, é importante conhecer os processos envolvidos na história de ocupação do espaço, como a formação dos lugares e a construção de territórios, visto que servem como referência para a afirmação da identidade desses grupos.

No processo de implementação de uma área protegida, esse conhecimento é fundamental para subsidiar as atividades que visam o zoneamento<sup>1</sup> da área e a implementação de projetos de manejo de recursos naturais. Em pesquisa sobre a história da ocupação humana da RDSA, abrangendo a escala temporal de aproximadamente cem anos, de 1900 a 2004, tempo recortado pelas memórias dos interlocutores (ALENCAR, 2007), foi possível identificar algumas características nos padrões locais de ocupação e habitação, estreitamente relacionados às mudanças no sistema de produção econômica. Na região, a demanda do mercado por produtos da natureza – como borracha vegetal, peles de animais, peixes, madeira etc. – surge como fator determinantes dos fluxos migratórios e dos modos de ocupar o espaço (ALENCAR, 2007, 2009; ALENCAR e SOUSA, 2012).

Os levantamentos foram realizados através de três projetos envolvendo três áreas e períodos distintos, exigindo várias viagens a campo para observação direta e aplicação

de entrevistas, assim como para a marcação das coordenadas geográficas de lugares ocupados no passado. O primeiro projeto, denominado de “Estudo da ocupação humana e mobilidade geográfica de comunidades rurais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã” (ALENCAR, 2007) foi desenvolvido com moradores de comunidades situadas às margens dos paranás Coraci, Tambaqui, Amanã e no entorno dos lagos Amanã e Urini. O segundo, intitulado “Estudo da ocupação humana e territorialidade na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã: o caso do Setor Tijuaca” (ALENCAR, 2009), abrangeu moradores de comunidades ribeirinhas do rio Japurá e do paraná do Cururu, na área de confluência do rio Japurá com o paraná Cubuá, até a confluência com o paraná Aranapu. E o terceiro estudo, “Mapeamento territorial e diagnóstico socioambiental de comunidades rurais situadas nas RDS Amanã e Mimirauá, AM” (ALENCAR e SOUSA, 2012), envolveu moradores de comunidades ribeirinhas situadas na confluência do rio Japurá com o paraná do Aranapu, na RDS Mimirauá; comunidades situadas na área do entorno da RDSA, no paraná do Mojuí, Jaraqui e Mutum; e comunidades da RDSA, situadas nos paranás do Jacitara, Joacaca, Jaraqui e Mutum, estes últimos localizados próximos à cidade de Maraã.

As pesquisas mantiveram o objetivo comum de conhecer os processos de ocupação humana ocorridos nessas áreas da RDSA, identificando suas características e os principais

---

<sup>1</sup> Consiste na definição dos setores ou zonas de uma Unidade de Conservação, com o objetivo de desenvolver projetos de manejo dos recursos naturais e elaborar “normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da UC possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz” (SNUC, 2000 p. 10). Para isso, são realizados estudos prévios sobre o processo de ocupação humana da área, e os resultados são usados para subsidiar as propostas de zoneamento a serem discutidas com ampla participação dos moradores locais, reunidos em assembleias e no Conselho Gestor, de caráter deliberativo.

fatores, ambientais e sociais, que tiveram relevância nesses processos. Algumas vezes, foram ampliadas, buscando compreender situações envolvendo conflitos sociais pelo controle dos territórios e dos recursos naturais. Como método, foi utilizada uma abordagem histórica para levantamento dos principais aspectos dessa ocupação, com base em relatos de moradores. Trata-se de uma história que dificilmente poderia ser construída sem os depoimentos diretos de imigrantes procedentes de outras regiões, em busca de melhores condições de vida, ou dos relatos em segunda mão, transmitidos pelos primeiros migrantes, e repassado a seus descendentes.

Portanto, a análise aqui apresentada baseia-se em fragmentos de memórias daqueles que hoje habitam a área da RDSA, tomados como principal fonte de informação. Os relatos orais podem ser aqui considerados como “histórias não documentadas de grupos sociais marginalizados ou oprimidos”, ou evidências orais, ou ainda um registro da “história oculta da migração” (THOMSON, 2002, p. 343) que ocorreu na região amazônica entre o final do século XIX e início do século XX.

Os resultados identificaram alguns padrões no processo de ocupação humana da área da RDSA que mostram coincidências com outros estudos acerca do tema na região do médio Solimões, organizando conjuntos de fatores para construir períodos históricos (WAGLEY, 1988; LIMA-AYRES, 1992). No estudo de Alencar (2007) buscou-se elaborar uma periodização com base na observação de um conjunto de fatores de natureza social, política, histórica, econômica e ambiental. A periodização sugerida pelos estudos de Amanã apresenta algumas características semelhantes às fases propostas por Lima-Ayres (1992), ao considerar como marcadores desse padrão as atividades econômicas, o comércio rural e o padrão demográfico da ocupação.

Alguns fatores sociais foram determinantes na configuração da ocupação humana e do processo demográfico na área da RDSA, entre os quais pode-se destacar: i) o sistema de produção econômica; ii) a concentração fundiária de vastas áreas de terra firme e de várzea, ricas em recursos naturais comercialmente valorizados, nas mãos de influentes comerciantes que tinham seus armazéns sediados nas cidades de Alvarães, Tefé, Coari e Manaus. Esses “proprietários” restringiam o acesso de terceiros às terras e aos recursos naturais, influenciando, assim, a ocupação humana e limitando

o surgimento de povoados mais estáveis e populosos; iii) a demanda do mercado por determinados produtos extrativos de valor comercial, que, por sua vez, influenciava nos deslocamentos da mão de obra extrativa e no controle dos territórios; iv) a especificidade das relações sociais de produção, marcadas pela sujeição dos ribeirinhos ao patrão, que controlava o acesso aos recursos e à terra; e v) mais recentemente, a presença das administrações municipais e a criação da própria RDSA (ALENCAR, 2007).

Na configuração desse processo demográfico também devem ser considerados alguns fatores ambientais atemporais que estimulam a mobilidade das famílias, entre os quais destaca-se, a ocorrência das terras caídas ou a formação de novas terras; as secas rigorosas que isolam os povoados localizados no interior de paranás; e as grandes cheias, que destroem as plantações dos moradores de povoados instalados em terras mais baixas. Fatores como a disponibilidade de terras altas, não sujeitas às inundações, para fixar residência e a abundância relativa de recursos naturais, por outro lado, estão associados à estabilidade de certos povoados.

Alencar (2007, 2009) salienta alguns atores e instituições com papéis importantes no processo de ocupação humana da área da RDSA: seja por garantirem as condições mínimas de sobrevivência às famílias de encarregadas pela coleta de castanha, extração do látex e pesca - no caso dos comerciantes (patrões) -, viabilizando, assim, a ocupação das áreas mais distantes; ou por estimularem a sua organização em comunidades e incentivar as ações coletivas de gestão de recursos naturais - no caso da igreja católica, através da Prelazia de Tefé; ou ainda, o Estado, com a implementação de políticas de criação de novos municípios, a partir da segunda metade do século XX; e não menos importante, nas últimas décadas, os atores responsáveis pela criação de áreas protegidas.

Os “patrões”, como são conhecidos os comerciantes que financiam e controlam a produção, viabilizaram a ocupação das áreas mais distantes, onde se estabeleciam os extrativistas, construindo acampamentos temporários. A igreja católica, através de agentes pastorais ligados ao Movimento de Educação de Base (MEB), estimulou a formação de núcleos de povoamento - as comunidades -, e o desenvolvimento de atividades de subsistência menos dependentes do extrativismo econômico dominante. E as prefeituras, voltando suas políticas para

a criação de uma infraestrutura mínima nas comunidades do interior, dotando-as de equipamentos do Estado, desestimularam a evasão rural, contribuindo para a redução do fluxo migratório em direção às áreas urbanas, assim como para a formação de novas comunidades cujo modelo de organização passa a ser referência para a implementação de políticas sociais (ALENCAR, 2007, 2009).

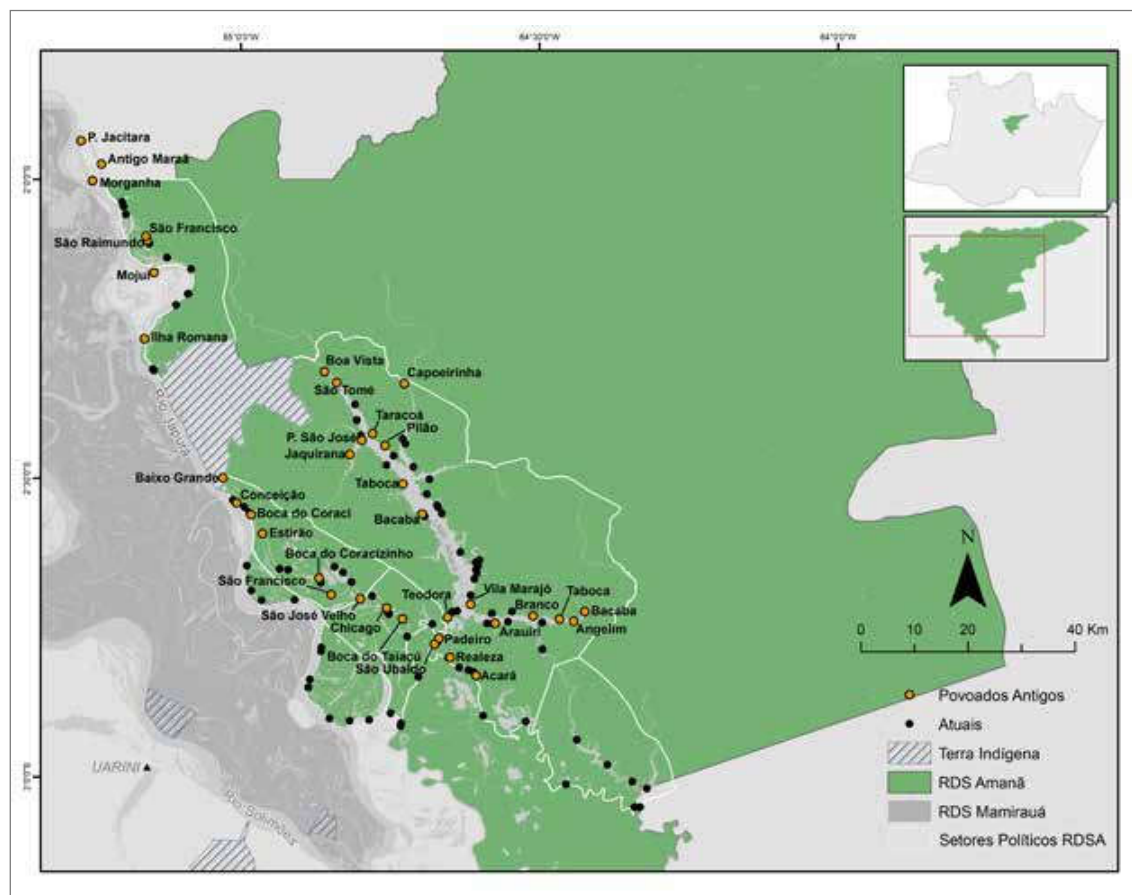
Em síntese, alguns fatores sociais contribuíram para a construção de um padrão de ocupação humana na RDSA que se estende para toda a área da Reserva, tais como: i) o surgimento das comunidades nos anos 1960 e 1970, caracterizadas pela existência de uma organização política que seguia o modelo proposto pelo MEB; ii) a criação de novos municípios a partir da década de 1960; e iii) a presença dos comerciantes financiando os extratores e transportando a produção. Todos esses fatores causariam impactos no formato de ocupação do

espaço, no uso de recursos naturais e no processo demográfico dessa região (ALENCAR, 2007).

A Figura 26, a seguir compara a localização dos assentamentos antigos e os atuais. As localidades mais antigas remontam do começo do século XX, tais como: Belo Monte e São José do Unini (1910); São João do Ipecaçu e São Sebastião do Repartimento (1920), São Paulo do Coraci, Vila Nova do Coraci e Bom Jesus do Baré (1930). Algumas comunidades do entorno do lago Amanã têm um histórico de ocupação bem recente, como Boa Esperança (1976), Santa Luzia do Baré (1994) e Santa Luzia do Juazinho (1991).

Alencar (2007) divide a história da ocupação humana no período que se estende do início do século XX até os dias atuais em dois grandes eixos temporais, e, à cada um deles, corresponde um padrão de ocupação humana e de residência:

**Figura 26** - Mapa da RDSA com localização dos assentamentos antigos.



Fonte: Alencar, 2007, 2009; Alencar e Sousa, 2012.  
Elaborado por Caetano Franco (2017).

1) Início do século XX até os anos 1960 – Caracterizado pela ocupação das áreas de terra firme por trabalhadores migrantes, alguns com suas famílias, contratados para as atividades de coleta de produtos florestais, como a castanha, de extrativismo – da sorva, por exemplo –, e na pesca do pirarucu e dos grandes bagres encontrados em rios e lagos da região.

2) A partir dos anos 1960 até o presente – Com a formação das comunidades, cuja principal característica foi a agregação de famílias anteriormente dispersas, passando a exercer o controle sobre os territórios ocupados e sobre os recursos naturais daquela área, partilhando um território comum. Nesse processo, têm destacado papel os agentes da igreja católica, que estimularam a realização de atividades coletivas pelas comunidades, tais como o cultivo de roças e o desenvolvimento de projetos de gestão de recursos naturais, como a pesca, pelo viés da sustentabilidade.

---

### O Padrão de Ocupação Humana até a Primeira Metade do Século XX

No início do século XX, a ocupação humana com a forma como está desenhada na região onde hoje é a RDSA reflete as características do processo mais amplo de ocupação da Amazônia, regida por uma economia centrada na exploração de recursos naturais, sobretudo na extração da borracha. A indústria da borracha, que se expandiu nas últimas décadas do século XIX, estimulou a migração de trabalhadores de várias regiões do Brasil, principalmente aqueles da região Nordeste, dos estados do Ceará, Maranhão e Paraíba, para a Amazônia, atraídos pelas notícias de fartura e pelas promessas de enriquecimento rápido. O principal destino eram os seringais localizados nas regiões do alto curso dos rios Juruá, Purus, Solimões e Japurá. Por sua atuação na atividade extrativista do látex da seringa, esses migrantes passavam a ser referidos como seringueiros.

Com o declínio da produção da borracha nas

primeiras décadas do século XX ocorreu um novo fluxo migratório, agora no sentido inverso, quando os seringueiros começaram a descer os rios em busca de alternativas de produção econômica e de lugares onde pudessem se estabelecer. Alguns se dirigiram para as áreas de várzea do médio curso dos rios Solimões, Japurá e Purus, conhecidas pela fartura de pescado e de outros produtos extrativos com grande valor de mercado, como é o caso das peles de animais.

Nas três primeiras décadas do século XX, há registros de deslocamento de várias famílias de seringais dos rios Juruá, Jutai e Japurá para se estabelecerem em terras localizadas nas proximidades do lago Amanã ou em rios e paranás que dão acesso a esse lago. As famílias que chegaram até a região eram atraídas pela notícia da existência de lagos fartos em pescado e de amplas áreas de terra firme onde abundavam os recursos naturais (ALENCAR, 2007, 2009).

A população era composta por trabalhadores individuais, por famílias que se dedicavam às atividades sazonais, como a extração do látex de diferentes espécies vegetais – sorva (*Sorbus domestica*), seringa (*Hevea brasiliensis*), maçaranduba (*Manilkara huberi*), a coleta da castanha e a caça de animais para comercialização das peles. Tais atividades contribuíram para configurar um tipo de ocupação que ainda persiste em grande parte do território da RDSA.

A produção econômica tinha como característica a mobilidade sazonal dos indivíduos entre os locais de residência e as áreas de coleta, onde se instalavam as colocações. Algumas famílias residiam temporariamente nas colocações, enquanto outras estabeleceram residência às margens dos lagos Amanã e Urini, assim como na boca de Igarapés e paranás adjacentes. O termo colocação é usado para designar acampamentos sazonais construídos pelos extratores de seringa e de sorva, que podiam contar com uma casa ou mais, e um barracão, que servia de apoio às famílias durante os meses em que se dedicavam ao extrativismo<sup>2</sup>. (ALENCAR, 2007, 2009).

Embora as áreas de terra firme da RDSA venham sendo ocupadas há muitas décadas,

---

<sup>2</sup> As colocações dessa região se diferenciam daquelas descritas por Almeida (2012) para a região do Juruá, que o autor define como “uma organização social e um sistema econômico caracterizado pelo uso múltiplo de territórios florestais por uma rede de casas aparentadas, compartilhando ambientes em comum” e que serve como base para a criação das *reservas extrativistas*, “no modelo de uma instituição coletiva de uso da floresta que é pouco agressiva para com a natureza e que pode proporcionar uma boa vida a seus habitantes”. (ALMEIDA, 2012 p. 121). (ALMEIDA, M. W. B. de. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. *Mediações*, Londrina, v. 17, n.1, p. 121-152, Jan./Jun. 2012. DOI: 10.5433/2176-6665.)

sem considerar aqui a ocupação ameríndia, o caráter competitivo do processo extrativista e a dispersão dos trabalhadores nas áreas produtivas impediam a formação de grandes núcleos de povoamento. Assim, somente nos últimos 50 anos se teve notícias dos povoados, que, sendo mais estáveis e já esboçando a existência de uma organização política, começam a se destacar no sentido de reivindicar atenção do poder público.

O padrão de ocupação humana dessa região da Amazônia no período que compreende as primeiras seis décadas do século XX tem como características a fixação em áreas de terra firme, o número reduzido de povoados e a dispersão das famílias, configuração típica que predominou até o início dos anos 1970. Os povoados, termo empregado localmente para fazer referência às localidades formadas por mais de uma casa, possuíam uma baixa densidade demográfica, sendo geralmente compostos por uma família extensa que ocupava uma ou mais casas e controlava o acesso às “propriedades” dos grandes comerciantes e patrões que a recrutavam. As casas eram construídas em locais estratégicos, geralmente, à entrada de um igarapé com acesso aos seringais e castanheais de terra firme; ou à entrada de um lago piscoso, ou de paranás, como o Tambaqui, o Coraci e o Amanã, ou ainda às margens de lagos como o próprio Amanã, o Urini e o Ipecaçu.

Os povoados sinalizavam as ocupações de caráter mais permanente, sendo esta uma característica que os distinguiam das residências individuais e das colocações, pois, nestas últimas, era construído apenas um “tapiri”, que servia de abrigo aos trabalhadores na época do “fábrico” da seringa ou da castanha (ALENCAR, 2007).

Os nomes dos povoados geralmente estavam associados aos das primeiras famílias a chegarem ao local e a dar origem ao povoado - que eram chamadas de fundadoras -, ou a nomes de moradores mais antigos. A atribuição do nome, desta forma, pode estar relacionada à família que fundou o lugar ou a características geográficas da área, tais como em “Boca do Juazinho”, “Boca do Juá Grande”, “Boca do Taboca”, “Boca do Bacaba”, que indicam o acesso a igarapés de mesmo nome, ou ainda “Ponta do Taracoá”, pela localização em uma extremidade de terra.

Os maiores assentamentos eram aqueles equipados com um barracão, uma espécie de entreposto comercial daqueles que controlavam as terras e a mão de obra extrativista.

Nesse local, eram estocadas a produção e as mercadorias vendidas aos extratores através do sistema de aviamento. Às vezes, o local funcionava como residência do próprio comerciante que controlava a produção ou do seu encarregado. Outra característica dos povoados era a existência de um “campo” destinado à criação de gado branco, um indicativo de poder e riqueza.

Devido ao relativo isolamento geográfico das casas, o contato entre as famílias ocorria de forma esporádica, por época do fábrico da castanha ou da borracha, nos pontos de coleta da produção (as colocações) ou nos povoados onde havia barracões. Ou seja, o período de início e final da safra dos principais produtos extrativos era o momento em que os moradores podiam se encontrar em torno do barracão ou de barcos que faziam o transporte de mercadorias e de produtos. Mas havia também eventos de sociabilidade, como as festas de santo, que ainda no presente representam espaços de afirmação dos laços de parentesco, afinidade e amizade.

Tais eventos eram capazes de articular uma ampla rede de sociabilidade, envolvendo tanto os trabalhadores das colocações pertencentes ao patrão quanto moradores de povoados vizinhos, com os quais mantinham vínculos sociais diversos. Portanto, num contexto marcado pelo número reduzido de povoados, reflexo da grande mobilidade que o trabalho extrativo exigia, impedindo a fixação dos trabalhadores por longo prazo no mesmo local, e dificultando o estabelecimento e a afirmação de laços de sociabilidade, esses eventos eram marcadores dos tempos sociais, afirmando laços locais de parentesco e ditando os calendários de produção econômica, bem como situando os lugares e as pessoas que deles participavam (ALENCAR, 2007, 2009). No entanto, tais relações não configuravam necessariamente a existência de uma comunidade, na acepção de uma organização social e política, como aquelas que começam a surgir a partir dos anos de 1960.

---

### ***A Importância dos Patrões no Processo de Ocupação Humana***

Até meados do século XX, a produção econômica dos moradores centrava-se na exploração do látex de várias espécies vegetais - seringa, sorva ou maçaranduba; na coleta da castanha e no extrativismo animal - caça e pesca. Tais atividades





favoreceram a ocupação de áreas de terra firme, particularmente aquelas situadas nas proximidades de cursos hídricos, chamados de igarapés.

A ocupação humana dessas áreas somente foi possível devido ao suporte financeiro e logístico dos comerciantes, ou “patrões”, que garantiam as condições para o escoamento da produção e o fornecimento de bens de consumo aos produtores – principalmente alimentos e material de trabalho (armas, munições, machados, facões, tigelas para aparar o leite da seringa), assim como peças de vestuário, medicamentos, combustível e as próprias embarcações, etc. Os principais comerciantes mantinham seus comércios nas sedes dos municípios do interior, como Coari, Tefé e Alvarães, e faziam parte de uma intrincada rede de crédito que tinha como fornecedores grandes casas comerciais localizadas em Manaus, que faziam o aviamento<sup>3</sup> de mercadorias para os menores.

Estes, por sua vez, aviavam mercadorias para os “fregueses”, termo usado para denominar extrativistas e produtores espalhados pelas várias colocações, de onde saía a produção sazonal, conforme mencionado. A estrutura logística fornecida pelos patrões consistia das embarcações, enviadas sempre ao final das principais safras para recolher a produção das áreas extrativistas e, ao mesmo tempo, vender ou entregar as mercadorias de necessidade dos trabalhadores, como forma de pagamento por esta produção (ALENCAR, 2007, 2009).

Assim, ao maximizar a produção e potencializar uma economia extrativista predatória, fundada no lucro imediato e na dependência econômica dos extratores, os patrões favoreciam a ocupação das áreas mais afastadas das margens dos rios. A exploração dos recursos naturais era feita por grupos de extratores, geralmente com fortes vínculos de parentesco entre si, ou por membros de uma mesma família (pais e filhos mais velhos), que realizava deslocamentos migratórios sazonais que variavam de acordo com a safra dos produtos ou com as condições mais adequadas para a sua exploração, ambas associadas à sazonalidade do ambiente (ALENCAR, 2007).

Segundo Alencar (2007), uma prática comum entre grandes comerciantes de Coari, Tefé e Alvarães que atuavam nessa região

era monopolizar o controle sobre extensas áreas de terras, requeridas junto à Coletoria dos municípios para garantir o direito sobre a exploração dos recursos naturais, visando também obter financiamentos bancários usando a terra como garantia. Como detinham o controle sobre a terra, também podiam regular a exploração de recursos naturais ali existentes. Para isso, faziam o arrendamento de glebas de terras através de contrato de cessão de direitos às famílias de extratores, que eram autorizadas a permanecer no local e a fazer a exploração dos produtos mediante o pagamento com a própria produção obtida. Em alguns casos essas famílias podiam arrendar as terras para terceiros, que, por sua vez, contratavam outras pessoas para fazer a extração do látex. Ao permitir sua permanência no local viabilizavam o crescimento populacional nas colocações e, ao mesmo tempo, aumentavam a produção.

Alguns patrões, quando pretendiam aumentar a produção, e havendo escassez de mão de obra local, recrutavam moradores de outras áreas ou de centros urbanos para trabalhar na extração da sorva, da seringa, da maçaranduba ou na coleta de castanha. Adquirindo a posse de uma terra, nela instalavam os moradores para trabalhar com a coleta de castanha ou no extrativismo, possibilitando assim sua permanência em áreas mais distantes dos rios principais, o que é a origem de algumas das comunidades encontradas atualmente. Patrões como Geraldo Alves, de Coari, por exemplo, estimularam a migração de vários fregueses de antigos seringais no rio Juruá para trabalhar na região do lago Amanã. Este grupo deu origem à maior localidade atualmente existente na RDSA, a comunidade de Boa Esperança (ALENCAR, 2007).

Pode-se apresentar, então, de forma resumida, as principais características do padrão de ocupação humana que predominou nas primeiras décadas do século XX até os anos de 1960:

- i) Famílias dispersas, residindo temporariamente em casas construídas nas colocações onde havia seringais e áreas de coleta da castanha; casas distantes umas das outras, sempre em locais mais acessíveis à passagem dos barcos de comerciantes, e próximas das áreas de extração de látex e coleta de castanha;

<sup>3</sup> Sistema de antecipação do crédito pelo qual o extrator fica devendo ao patrão ao adquirir artigos e materiais de trabalho. Por quase nunca conseguir saldar a dívida com o patrão através da sua produção, o extrator é obrigado a renovar o crédito com o mesmo, que assim mantém uma mão de obra cativa.



**ii)** Dispersão dos assentamentos na região de terra firme, com casas localizadas à entrada de Igarapés e nas margens dos lagos Amanã e Urini, com controle exercido por patrões;

**iii)** Fixação de pequenos núcleos de povoamento às margens do lago Amanã, em áreas de terra firme e também na várzea; povoados formados por duas ou três casas ocupadas por famílias que viviam da extração do látex (seringa, sorva e maçaran-duba) e da coleta da castanha;

**iv)** Existência de uma mobilidade sazonal entre os povoados de várzea e de terra firme e as colocações que coincidiam com os seringais de terra firme. Na várzea, os principais povoados estavam situados nos paranás do Tambaqui e Amanã;

**v)** A importância do papel do parentesco como elemento agregador dos grupos domésticos;

**vi)** Ambivalência do papel exercido pelos patrões, por um lado viabilizando a ocupação de áreas distantes, e, por outro, limitando a formação e ampliação de povoados (ALENCAR, 2007).

---

### **Padrão de Ocupação Humana a partir da Segunda Metade do Século XX**

As mudanças transcorridas no sistema econômico de produção, provocadas pela redução da demanda por recursos de origem vegetal, pela queda no preço do látex e da castanha, e ainda, pela diminuição da presença dos comerciantes, levaram muitas famílias a buscar novas alternativas de subsistência. Nas áreas de várzea, a economia estava centrada no extrativismo animal (pesca) e na agricultura, e nas últimas décadas do século XX passou a ocorrer, nas áreas de terra firme, uma ocupação mais intensa, direcionada para o cultivo de roças de mandioca, para a produção de farinha e para a plantação de frutíferas, os chamados “bens de raiz” – limão, abacate, pupunha, cupuaçu, entre outros –, cuja produção era destinada à comercialização. Nos anos 1980, por exemplo, a produção de limão da área do lago Amanã abastecia o mercado regional, chegando a funcionar como moeda de troca nas redes comerciais (ALENCAR, 2007, 2009).

### **A Importância da Igreja Católica no Processo de Ocupação Humana no Século XX**

A partir do final dos anos 1960, a igreja católica, através da Prelazia de Tefé, juntamente com o Movimento de Educação de Base (MEB) – Tefé, a Coordenação de Pastoral e as Paróquias da Prelazia de Tefé, começa a promover a formação política dos assentamentos locais, juntamente com o desenvolvimento de projetos para melhoria das condições de vida da população ribeirinha, incluindo os habitantes da região onde atualmente é a RDSA. Estas ações resultaram na organização de aglomerados sociais através do estímulo dado às famílias, antes dispersas em pequenos povoados, para que se juntassem e formassem as “comunidades”. O principal argumento a favor deste novo modelo de ocupação do espaço e de organização social e política proposto aos moradores pela Prelazia de Tefé foi a necessidade de reunir forças para buscar soluções para problemas comuns, e a possibilidade de se apoiarem mutuamente em situações de dificuldades (ALENCAR, 2007, 2009).

Com a formação das comunidades, houve uma mudança significativa no padrão de ocupação humana na região da RDSA, implicando na redefinição dos territórios sociais, até então controlados pelos povoados, e na definição de estratégias para uso dos territórios e dos recursos comuns. O novo padrão apresenta as seguintes características:

**i)** A agregação em torno de um mesmo território, que passa a ser chamado de comunidade, reunindo núcleos familiares sob um símbolo comum que os identifica, muitas vezes representado pela devoção a um santo padroeiro, sinalizando a mudança na forma de construir sociabilidade;

**ii)** Localização dos povoados maiores nas áreas de terra firme e em locais MAIS próximos e ideais ao cultivo – roças de mandioca, macaxeira e banana;

**iii)** A existência de uma infraestrutura comunitária, sobretudo de escolas e de equipamentos de assistência à saúde, como postos e agentes de saúde comunitários; a destinação de um espaço para realização de reuniões, normalmente, uma casa comunitária;

**iv)** A concentração de comunidades menores e mais antigas nos paranás do Amanã, Tambaqui e Coraci, que









tinham por referência o comércio de patrões que exploravam os produtos da região;

v) O surgimento de conflitos envolvendo a exploração dos recursos pesqueiros, desde então, sob o controle das comunidades.

Os conflitos envolvendo moradores de diferentes comunidades da região caracterizam-se como disputas intercomunitárias, e deixam evidentes as diferenças de percepções quanto às fronteiras territoriais e ao direito de acesso aos recursos naturais. Esse momento coincide também com a criação de novos municípios, como Japurá e Maraã. A partir dos anos 1970, vários gestores municipais de Maraã, por exemplo, estimularam a migração de famílias para a área urbana, visando aumentar a população da sede e garantir verbas dos governos estadual e federal, para isso, oferecendo lotes de terras na cidade.

A população rural, por sua vez, encontrou nessa política a possibilidade de assegurar o acesso aos serviços de assistência social e à infraestrutura comunitária. Na região dos paranás do Jacitara e Aranapu e no rio Japurá, por exemplo, houve uma acentuada migração em direção à cidade de Maraã, quando antigos patrões da área rural, como Benedito Ramos e Odorico Bezerra, foram eleitos prefeitos (ALENCAR e SOUSA, 2012). Essa política, portanto, coincide com o declínio de atividades centradas no extrativismo vegetal, na coleta da castanha e na caça de animais para a comercialização das peles, configurando o que alguns autores denominaram como declínio do comércio rural (LIMA-AYRES, 1992).

Nos anos 1980, a atividade de pesca centrada em algumas espécies de grande valor comercial também entra em declínio, contribuindo para a desorganização do sistema econômico baseado no barracão, mantido por comerciantes de Tefé, Alvarães e Coari, que passam a buscar outras fontes de renda, abandonando as propriedades na terra firme em favor de famílias ali estabelecidas. Contudo, muitos moradores deixaram o interior em direção às áreas urbanas – sedes municipais e a cidade de Manaus –, em busca de melhores oportunidades de trabalho e condições de estudo para os filhos.

As famílias que permaneceram na área rural estabeleceram novos vínculos comerciais com negociantes menores, proprietários de barcos de pequeno porte, conhecidos por

“marreteiros”, “comerciantes” ou “regatões”, os quais mantiveram basicamente o mesmo sistema de venda de mercadorias das cidades em troca da produção ribeirinha, baseado no crédito e no aviamento das atividades (ALENCAR, 2007). Esses comerciantes, que já existiam à época dos patrões, atuando de forma mais discreta, agora passam a navegar livremente os rios, como o Japurá, o Solimões e o paraná do Coraci, fazendo o aviamento da produção do interior, principalmente o peixe seco, a farinha e outros, que ele recolhe por ocasião da safra como forma de pagamento pelos artigos trazidos da cidade e vendidos aos moradores.

Com o declínio do extrativismo do látex e da coleta da castanha, moradores de algumas regiões da RDSA que se dedicavam a essa atividade voltam-se para a agricultura, para a produção de farinha e cultivo de banana, que até o final dos anos 1990 era um dos produtos mais vendidos na região (ALENCAR, 2007). Esse fato contribuiu para a fixação dos moradores e para a continuidade dos povoados, agora denominados de comunidades. As mais antigas estão localizadas na região do paraná do Coraci: São Sebastião do Repartimento, São José da Messejana, São Paulo e São João do Ipecaçu, formadas por famílias que receberam forte influência dos agentes da igreja católica, como o irmão Falco Michiels (ESPIRITO SANTO, 2013; ALENCAR, 2007).

Na área do paraná Tambaqui, havia o povoado Acará, cujas famílias se dividiram dando origem à comunidade de Nova Jerusalém. Na região do rio Japurá, as primeiras comunidades estavam localizadas nos paranás Cururu, Jacitara, Araucá e Joacaca, na volta do Mojuí e no entorno do lago Curupira (ALENCAR e SOUSA, 2012; CORPS, 2013). Todas comunidades situadas à margem esquerda do rio Japurá são também usuárias da várzea da vizinha RDS Mamirauá, principalmente dos recursos pesqueiros dos lagos ali concentrados, dos quais sempre se utilizaram. Estabelecendo suas residências nas áreas de terra firme, elas conseguem escapar das grandes cheias do rio e, ao mesmo tempo, continuar usufruindo dos lagos de várzea da margem oposta, podendo assim melhor desfrutar desses ambientes e se adaptar às suas diferenças.

Várias famílias que se estabeleceram na região do paraná do Jacitara um dia controlaram a pesca nos lagos de várzea da atual RDS Mamirauá, deslocando-se sazonalmente entre um ponto e outro de forma a poder melhor explorar os recursos de ambos ambientes. Mesmo após a migração para áreas

urbanas, como Maraã, mantiveram vínculos com os antigos territórios explorados (ALENCAR e SOUSA, 2012).

Resumidamente, pode-se dizer que as particularidades encontradas na área da RDSA, na região de influência do rio Japurá, são: i) o fato de até o início dos anos de 1960 ter abrigado a primeira sede do município de Maraã, que até então estava localizada no paraná do Jacitara; ii) a grande influência da administração municipal de Maraã na formação de comunidades, com a construção de escolas nas décadas de 1980 e 1990; iii) a migração de famílias residentes da área rural para a nova sede municipal, a partir de 1960; e iv) o fato de muitas famílias manterem o vínculo com o território da várzea, para onde retornam periodicamente por razões sazonais, principalmente para a pesca e para a captura de quelônios.





# REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. F. **Estudo da ocupação humana e mobilidade geográfica de comunidades rurais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – RDSA**. 2007. 168p. (Relatório Final).

\_\_\_\_\_. **Estudo da ocupação humana e territorialidade na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã: o caso do Setor Tijuaca**. Relatório Final. 2009. 41p.

ALENCAR, E. F.; SOUSA, I. S. **Mapeamento territorial e diagnóstico socioambiental de comunidades rurais situadas nas RDS Amanã e Mamirauá, AM**. Projeto de Pesquisa (Relatório Técnico). Tefé (AM). 2012.

ALMEIDA, M. W. B. de. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. **Mediações**, Londrina, v. 17 n.1, p. 121-152, Jan./Jun. 2012. DOI: 10.5433/2176-6665.

CORPS, L. S. **Lugar e Territorialidade: um estudo sobre a construção do território de uma comunidade amazônica, o caso da comunidade Paraíso, RDS Amanã, Amazonas**. Faculdade de Ciências Sociais. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Pará. Belém, 2013.

ESPÍRITO SANTO, I. G. **A comunidade de São João do Ipecaçú da RDS Amanã: religião, política e a questão ambiental**. Faculdade de Ciências Sociais. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Pará. Belém, 2013.

LIMA, D.; ALENCAR, E. A lembrança da História: memória social, ambiente e identidade na várzea do médio Solimões. **Lusotopie**, p. 27-48, 2001.

\_\_\_\_\_. E. Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do médio Solimões, AM. In: TORRES, H.; COSTA, H. (Org.) **População e Meio Ambiente: debates e desafios**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

LIMA AYRES, D. **The social category caboclo: history, social organisation and outsiders social classification of the rural population of an Amazonian region**. Tese (Ph. D em Antropologia), University of Cambridge, 1992.

THOMSON, Alistair. **Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração**. Rev. Bras. Hist. v. 22 n. 44, São Paulo, 2002

WAGLEY, C. **Uma comunidade Amazônica, estudo do homem nos trópicos**. Belo Horizonte: Ed. Villa Rica, 1988.